



Ano 26 – INFORMATIVO

João Pessoa, 05 de janeiro de 2015.

S I N T E C T – P B

SINDICATO DOS TRABALHADORES DA ECT NA PARAÍBA, EMPREITEIRAS E SIMILARES.

FUNDADO EM 08/12/1988

RUA DUQUE DE CAXIAS, 105 - CEP 58010-820 - CENTRO – JOÃO PESSOA - PB

TEL: (083) 3533-1627 3533-1600 Fax: 3021-1619

Email: sintect.pb@sintectpb.com.br Site: www.sintectpb.com Facebook: www.facebook.com/sintectpb

É hora de retomar a luta! 38ª Plenária Nacional da Fentect



Nos dias 20 e 21 de janeiro, será realizada em Brasília a 38ª Plenária Nacional da Fentect, a qual tem por objetivo discutir e deliberar um Calendário Nacional de Mobilização que leve a categoria a construção de uma grande luta nacional nesse início do ano de 2015 em torno de uma pauta de reivindicações que seja capaz de reverter os atuais ataques em curso.

Companheiros(as) ecetistas, nossa categoria inicia o ano de 2015 apreensiva e preocupada com as consequências da política imposta pela Direção dos Correios e Governo Federal aos seus trabalhadores ao longo dos últimos anos.

Mesmo a categoria batendo recordes de lucratividade ano após ano e a Empresa recebendo prêmios por ter sido eleita

pela 6ª vez consecutiva em pesquisa da revista Exame como sendo a Entidade Pública de maior credibilidade perante a população brasileira, seus trabalhadores não veem sua dedicação se converter em melhores condições de trabalho, salário e benefícios. Muito pelo contrário, o que vemos acontecer é uma política deliberada de sucateamento, terceirização dos serviços, arrocho salarial e retirada de direitos históricos da categoria, conquistados em décadas de luta desses trabalhadores.

O que os trabalhadores podem esperar do governo de Dilma Roussef nesses próximos quatro anos??? De positivo absolutamente nada!

Dilma Roussef antes mesmo de tomar posse para seu segundo mandato já demonstrou que vai endurecer ainda mais sua política de ataques a classe trabalhadora brasileira, quando realizou um corte de 18 bilhões no orçamento do governo, o qual penaliza quem mais precisa de direitos, desempregados e trabalhadores de licença médica para tratamento de saúde pelo INSS.

Esse governo Dilma e a Direção dos Correios não merecem nenhuma confiança dos trabalhadores ecetistas. Senão me digam, quais foram as melhorias que ocorreram com a mudança de nosso Plano Correios Saúde para Postal Saúde? Quais as melhorias ocorridas na mudança de Postalis para Postalprev? Quais as melhorias ocorridas com a transformação dos Correios em sociedade anônima???

Poderia aqui relacionar várias outras mentiras propagandeadas pela Direção dos Correios para enganar e desmotivar os ecetistas a lutarem por seus direitos, facilitando dessa forma a implementação de toda essa política de desmonte da ECT enquanto Empresa Pública.

Diante dessa dura realidade imposta está colocada a necessidade urgente de organização de uma grande luta nacional da categoria pela volta do Correios Saúde, em defesa do Postalis, pela contratação dos concursados, pelo fim das terceirizações, contrato temporário e Correiospar, pelo pagamento do Adicional de Periculosidade sem retirada do AADC dos motociclistas e tantos outros direitos que vêm sendo usurpados pela Direção dos Correios e Governo Federal.

SÓ A LUTA MUDA A VIDA! ENTÃO VAMOS A LUTA!!!

TODOS À ASSEMBLEIA

DATA: Sexta-feira, 09 de janeiro de 2015.

HORÁRIO: 19:00 HORAS.

LOCAL: Sede do sindicato à Rua Duque de Caxias, 105 - Centro – João Pessoa.

PAUTA: 1) Informes Gerais; 2) Tirada de Delegados(as) a 38ª Plenária Nacional da FENTECT; 3) Encaminhamentos.

ECT e empregados avaliarão proposta do TST sobre adicional para carteiros motociclistas

A proposta, do vice-presidente do TST, ministro Ives Gandra Martins Filho, foi apresentada em audiência de conciliação de dissídio coletivo.



Representantes da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) e dos empregados vão analisar proposta de acordo do Tribunal Superior do Trabalho quanto ao pagamento do Adicional de Atividade de Distribuição e/ou Coleta (AACD) para os carteiros que trabalham com motos.

A proposta, de autoria do vice-presidente do TST, ministro Ives Gandra Martins Filho, foi apresentada nesta quarta-feira (10) em audiência de conciliação de dissídio coletivo de natureza jurídica.

O dissídio, ajuizado pela ECT, tem como objetivo a interpretação, pelo TST, do termo de compromisso que criou o adicional em 2007. O cerne da controvérsia está no fato de que a Lei 12.997/2014 alterou o artigo 193 da CLT para estender o adicional de periculosidade aos trabalhadores motociclistas, e o termo de compromisso que criou o AACD prevê a sua eliminação em caso de criação de benefício similar por lei.

Os carteiros motociclistas alegam que a extinção do AACD somente para eles, em função da nova lei, os equipararia aos carteiros que fazem entregas a pé, uma vez que eles passariam a receber apenas o adicional de periculosidade e, os demais, o AACD, no mesmo percentual de 30%. Por isso, pretendem o recebimento dos dois adicionais. A empresa, por sua vez, pretende saber se a acumulação tem amparo normativo.

Na primeira audiência, o ministro Ives Gandra Filho apresentou proposta de criação de alguma vantagem que distinguisse os carteiros motorizados dos que não trabalham com motos, de modo que o adicional legal e o contratual superassem os 30% de todos os carteiros que trabalham em via pública. A ECT esclareceu que os motociclistas já recebem uma gratificação de função no valor de 12%, mas os beneficiários da verba alegam que essa gratificação está ligada à guarda da moto, sem relação com o risco da atividade.

A proposta apresentada pelo vice-presidente do TST na audiência de ontem (10) prevê a substituição da gratificação de função, de 12%, por outro adicional específico que contemple os motociclistas, com percentual que possa chegar a 25%. Esse adicional seria somado ao de periculosidade, deixando os motociclistas com a remuneração maior do que os carteiros a pé.

Foi marcada uma nova audiência de conciliação para o dia 21 de janeiro, quando as partes se pronunciarão sobre a proposta do TST. Processo: DC-27307-16.2014.5.00.0000. Fonte: [Justiça em foco](#) Quinta-Feira, Dia 11 de Dezembro de 2014.

Direção dos Correios arma golpe contra o AACD

O AACD-Adicional de Atividade de Distribuição e Coleta foi uma conquista da categoria realizada a 8 anos atrás, a qual lutou durante anos pela aprovação no Congresso Nacional de um Projeto de Lei que estabelecesse o Adicional de Periculosidade aos Carteiros.

Com esse objetivo conseguimos realizar diversas mobilizações em Brasília. Acampamento, greve e lobby no Congresso Nacional com senadores e deputados para votarem a favor do Projeto de Lei.

O PL foi aprovado pelo Congresso Nacional e dependia da sanção do Presidente Lula para sua efetivação, quando o presidente Lula negou-se a sancioná-la declarando que isso geraria um efeito cascata dessa mesma reivindicação para outras categorias.

Uma grande greve nacional obrigou o governo Lula a ceder à pressão da base em luta aceitando a implantação do benefício no percentual de 30% da remuneração base dos carteiros em efetivo desempenho das atividades de entregas externas, garantindo dessa forma o direito ao AACD, descaracterizando o objetivo central da reivindicação que era a sanção presidencial ao PL de Adicional de Periculosidade.

Independente das manobras do governo para desvirtuar o objetivo central do PL a categoria retornou dessa luta com espírito de vitória, de que valeu a pena lutar por essa conquista, a qual forçou a Direção dos Correios a criar uma remuneração nesses mesmos moldes aos Atendentes Comerciais e Operadores de Triagem e Transbordo.

Agora que a Presidente Dilma sanciona uma nova lei que garante o Adicional de Periculosidade para todos os trabalhadores que desempenha sua função com motos, vem a Direção dos Correios com essa história de reduzir o percentual do AACD.

Não vamos engolir mais esse golpe aos nossos direitos, o Adicional de Periculosidade e o AACD são dois benefícios diferentes e nossa luta é pelo pagamento integral de 30% a todos que fazem jus aos dois adicionais.